

ASSUNTO: Solicita cópia dos pareceres jurídicos que fundamentaram a adoção dos procedimentos de chamamento público e informações sobre eventuais orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Requeiro à Mesa, depois de ouvido o Plenário, dispensadas as formalidades de praxe, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando informações e documentos referentes aos fundamentos jurídicos que orientam a realização dos chamamentos públicos no Município de Jaguariúna.

Diante disso, questiona-se:

1. **Quais pareceres jurídicos fundamentaram a adoção do modelo de chamamento público utilizado pela Administração Municipal?** Solicita-se cópia integral dos pareceres emitidos pela Procuradoria Municipal ou pelo setor jurídico competente, bem como a identificação dos respectivos processos administrativos e dos procedimentos aos quais se referem.
2. **O Município recebeu orientações, recomendações, determinações ou apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) relacionados aos procedimentos de chamamento público adotados pela Prefeitura?** Em caso afirmativo, solicita-se cópia dos documentos correspondentes, com a indicação das providências adotadas pela Administração Municipal.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo obter esclarecimentos sobre os fundamentos jurídicos que embasam os procedimentos de chamamento público realizados pela Administração Municipal de Jaguariúna, bem como verificar a existência de orientações ou manifestações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relacionadas à matéria.

O acesso aos pareceres jurídicos e aos documentos pertinentes permite compreender os critérios legais que orientam a adoção desse modelo, contribuindo para a transparência dos atos administrativos e para o acompanhamento da conformidade dos procedimentos com a legislação aplicável.

Além disso, o conhecimento de eventuais orientações dos órgãos de controle externo e das providências adotadas pelo Município é importante para o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, favorecendo o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Diante do exposto, solicita-se o fornecimento das informações e cópias dos documentos requeridos, a fim de garantir a transparência administrativa e subsidiar o acompanhamento dos procedimentos de chamamento público no Município de Jaguariúna.

Gabinete 7 VER. G.A, 15 de outubro de 2026.



VEREADORA GRAÇA ALBARAN

PROTOCOLO - 00903/2026 – 16.10.26

LIDO E APROVADO -24ª-20-10-2026